

40º Encontro Anual da Anpocs

Seminário Temático 20 Os juristas na sociedade: conflitos políticos e sentidos do direito

**Diversificação social e padrões de recrutamento na  
composição da elite jurídica no Maranhão**

Dayana dos Santos Delmiro Costa- IFMA

## **Diversificação Social e Padrões de Recrutamento na Composição da Elite Jurídica no Maranhão**

Dayana dos Santos Delmiro Costa

(Instituto Federal do Maranhão- IFMA)

### **I- Introdução**

Propomos nesse artigo apresentar uma discussão sobre o processo de diversificação do espaço jurídico, por meio do estudo dos padrões de recrutamento de mulheres na magistratura no estado do Maranhão.

Visando dar continuidade nos estudos sobre “elites”, iniciados desde o período do mestrado, buscamos caracterizar socialmente as ocupantes da Magistratura no Maranhão. A adoção de tal procedimento serve para a compreensão de uma gama de aspectos interligados. Isto é, a composição de determinado segmento de “elite” pode contribuir para revelar simultaneamente: 1) a posição das diferentes esferas do espaço do poder umas em relação às outras, além de possíveis cadeias de interdependências que estabelecem entre si; 2) as transformações mais gerais dos princípios de estruturação social que regem determinada configuração social; 3) papéis, regras, disposições, recursos, estratégias, elementos dóxicos, crenças, representações que presidem dados universos sociais que são indistintamente práticos e simbólicos.

Adotamos o tratamento da instituição judiciária à luz de “uma perspectiva processual, construtivista e disposicional de análise” (GRILL, 2012a:2). Ou seja: “o de considerar indissociavelmente o caráter coercitivo das instituições e o quanto elas devem aos investimentos (conscientes ou não) dos agentes, no sentido da sua invenção, adaptação, consolidação, reforma, reprodução, insubordinação, etc” (GRILL, 2012a:3). Sem deixar de considerar, que a apreensão dos fatores acima elencados depende de fina análise de percursos individuais e suas imbricações com o *modus operandi* em um domínio específico e como tal procedimento “funciona como instrumento heurístico para a reflexão centrada nos ajustamentos entre disposições e regras/papéis prescritos” (GRILL, 2012a:6). Regras essas, que podem ser formais e informais, morais e pragmáticas<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Para uma discussão mais aprofundada, ver a resenha escrita por Grill (2012) sobre o livro organizado por Lagroye e Offerlé (2010).

Em alguns países da Europa, na França principalmente, as pesquisas que evidenciam a entrada de novos perfis na magistratura, o que inclui a diversificação de gênero, têm demonstrado uma associação desse movimento ao processo de autonomização do judiciário (GARRAUD, 2001; VAUCHEZ, 2001, 2009; MUSELLA, 2001; ROUSSEL, 1998; BOIGEOL, 1989). Testar a relação entre a entrada de novos segmentos na magistratura e o grau de autonomização nesse espaço se mostra um procedimento importante de investigação em contextos como aqueles encontrados no Brasil. Ter como espaço empírico o estado do Maranhão, onde o peso das relações pessoais e do capital personificado pode evidenciar lógicas totalmente diferentes do contexto europeu, devido às particularidades nacionais encontradas em tais Estados *híbridos* (BADIE e HERMET, 1993), se apresenta como uma contribuição a essa discussão.

Seidl e Grill (2013) afirmam, que em tais contextos *híbridos*, a ausência de um processo de autonomização e de relativa diferenciação entre as diversas esferas sociais, com suas regras de funcionamento, *ethos* e princípios de hierarquização próprios, delinea contornos altamente fluidos de uma esfera política que tende a ser atravessada por múltiplas lógicas e racionalidades. Os autores citam como exemplo disso os diversos *ismos* na dinâmica política brasileira: neopatrimonialismo, clientelismo, faccionalismo, militarismo, autoritarismo, populismo, golpismo. Diversos pesquisadores da dinâmica política maranhense têm apontado as características “neopatrimoniais”, “clientelistas”, “faccionais” e o caráter “oligárquico” que regem as relações sociais e políticas no estado (GRILL e REIS, 2012; GRILL, 2013; GRILL, 2014; BORGES, 2004; COSTA, 1997, 2006; SILVA, 2001; GONÇALVES, 2000; 2006; REIS, 2007). Sendo assim, perguntamos como as relações que se desenvolvem de maneira pessoal, permeadas por normas de lealdade e reciprocidade na política maranhense, podem estar presentes também entre os agentes do judiciário?

Entre os estados brasileiros, o Maranhão destaca-se perante as demais unidades da federação por apresentar os piores índices sociais<sup>2</sup>, e as práticas “oligárquicas” de diferentes “grupos políticos” (como são denominados na linguagem do meio) têm

---

<sup>2</sup> Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Maranhão ocupa o primeiro lugar entre os 5 estados mais pobres do Brasil. Nesses estados a proporção de indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, o que caracteriza como o primeiro nível de pobreza, representa os seguintes percentuais: Maranhão 63,5%, Alagoas 59,7%, Piauí 58,1%, Pará 55,9% e Ceará 54,8%

marcado por várias décadas a dinâmica econômica, política e social no estado. O cenário político maranhense nas décadas de 1950 e 1960 era marcado pela polarização de duas facções nos embates eleitorais, representadas pelos “vitorinistas” e “oposicionistas”, a primeira liderada pelo pernambucano Victorino Freire e a segunda, em 1965, teve como candidato ao cargo de governador do Maranhão José Sarney, sob o lema do “Maranhão Novo”.

Gonçalves (2006) aponta que nos anos 1960, precisamente na gestão de José Sarney, o atributo “novo” tendeu a definir entre os pares de oposição a noção de “desenvolvimento regional no Maranhão”. Inicialmente José Sarney prometia o “desenvolvimento”, melhoria dos índices sociais do estado e se apresentava como alternativa de mudança ao longo dos vinte anos de práticas “oligárquicas” conduzidas por Victorino Freire e seus aliados. Entretanto, ações de continuidade de estratégias de produção e reprodução do poder político liderado por José Sarney puderam ser observadas ao longo de quase cinquenta anos no Maranhão, com a vitória nas eleições em diferentes cargos por seus filhos (Roseana Sarney e Sarney Filho), apadrinhados e aliados políticos.

No plano das lutas políticas entre “vitorinismo” e “sarneyismo” no Maranhão, Grill (2012b) realiza uma análise das tomadas de posição dos intérpretes e líderes políticos desses “ismos”. Inspirado no trabalho de Collovald (1991) sobre os mecanismos de avaliação tanto de forma positiva como negativa em torno das diferentes leituras do poujadismo na França, Grill (2012b) realiza um estudo sobre as lógicas das “etiquetas” e fabricação de “ícones” da política nos estados do Maranhão e Rio Grande do Sul. No Maranhão, o autor evidencia como os significados em torno do “vitorinismo” e do “sarneyismo” dão sentido às lutas políticas.

Ao analisar tais versões em torno dos “ismos” em questão, produzidas por políticos e intelectuais inseridos na dinâmica política maranhense, Grill (2012b) examina tanto construções biográficas como intérpretes críticos. No caso das biografias, observamos por meio do trabalho de Grill (2012b) que o narrador apesar de ocupar uma posição externa, está ao mesmo tempo mesclado à vida política a qual ele descreve, fato que faz com que este compartilhe as mesmas categorias cognitivas que constroem e reforçam as diferenças.

Momentos que aparentam rupturas foram presenciados recentemente na política maranhense com a vitória nas urnas do governador Flávio Dino do PC do B em 2014, este que se apresentou nas campanhas como oposição ao chamado “grupo” liderado por José Sarney. Diferentes exemplos das ações dos agentes que denotam as imbricações do político com o jurídico no Maranhão em torno tanto de José Sarney como do governador Flávio Dino são analisadas nesse trabalho, assim como de outras figuras políticas menos conhecidas nacionalmente.

No que se refere à identificação do grau de autonomização da magistratura e funcionamento concreto das instituições, objetivamos contemplar três dimensões sistematizadas por Lagroye e Offerlé (2010) e mais especificamente o que aponta Delphine Dulong (2010) para análise da diversificação do espaço jurídico, que estão relacionadas à rejeição da visão fixa, estática, de *instituição* de que falávamos acima. Primeiramente, procuramos identificar a influência do patrimônio familiar no ingresso e no desempenho das carreiras das mulheres na magistratura, utilizando macrofatores explicativos das formas de recrutamento (origens sociais, escolarização, profissão etc), assim como micromecanismos que acionam tais aspectos a partir das dinâmicas sociais que são peculiares ao contexto maranhense, sem deixar de considerar a importância dos usos das origens sociais no ingresso e atuação nas carreiras. Em segundo lugar, consideramos o longo movimento ligado à capacidade coercitiva da Magistratura sobre o comportamento dos agentes, isto é, a formação de seus esquemas de percepção, suas preferências e mais largamente sua identidade social. Buscamos perceber, no interior do espaço jurídico maranhense, como um conjunto de regras de conduta, de convenções, de valores e de normas, diversamente codificadas, interiorizadas, incorporadas, como os papéis prescritos se definem e são interiorizados produzindo representações de justiça. Por fim, é imprescindível identificar como a magistratura se transforma. Cumpre, então, identificar nos depoimentos das juízas entrevistadas tomadas de posição que visam conduzir ou subverter a instituição, tendo em vista suas posições objetivas no espaço de relações competitivas ou cooperativas entre seus pares.

O que a presença de mulheres na magistratura maranhense revela em termos de grau de *institucionalização* desse espaço? Qual o perfil social dessas mulheres que conseguiram ingressar na magistratura no Maranhão? Qual o peso das relações familiares

e de amizade<sup>3</sup> na carreira? Qual a representação do papel de juiz dos agentes entrevistados? O ingresso de novos perfis na magistratura, principalmente de agentes que historicamente tiveram possibilidades restritas de acessos a arenas de exercício de poder, é utilizado nesta agenda como fator que, ao mesmo tempo, exemplifica o processo de diversificação social pelo qual passa a instituição e evidencia a complexa e intrincada teia de tensões, osmose, entre forças conservadoras e subversivas, agentes *estabelecidos* e *outsiders*<sup>4</sup> que se desenha no seu interior.

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizamos tanto dados quantitativos como qualitativos. Um tratamento quantitativo foi explorado por meio das entrevistas em profundidade, com a construção de quadros sobre as origens sociais e profissionais dos avós, pais e irmãos dos agentes entrevistados. Além das bases sociais, e dados de carreira das próprias juízas.

As entrevistas em profundidade possibilitaram também uma análise qualitativa das percepções das juízas sobre diferentes temas. Estas foram realizadas entre os anos de 2011 a 2013, período que conseguimos 21 entrevistas com juízas estaduais que atuam na capital e no interior do Maranhão. Cabe destacar que as dificuldades de acesso às juízas, foram superadas com o apoio de quatro pessoas que se dispuseram a mediar os contatos. Inicialmente, nosso orientador de tese que já conhecia algumas juízas antes mesmo destas realizarem a graduação em direito. As entrevistas foram mediadas igualmente por dois amigos profissionais do meio jurídico, um analista judiciário que conheci no período da graduação em Ciências Sociais e um promotor de justiça, amigo de nossa família. Uma vizinha que é prima de uma juíza também nos auxiliou. Os dois amigos possuíam além das relações profissionais, um grau de proximidade com algumas juízas, devido aos anos de profissão, o que facilitou bastante nosso contato. À medida que as entrevistas iam acontecendo, nós solicitávamos também a indicação de outras juízas por parte das entrevistadas e o número de telefone de contato destas. Esse procedimento foi outro meio que viabilizou a continuidade do trabalho de coleta de dados.

Essa forma de obtenção dos dados, por meio da ativação de relações personalizadas evidencia a dinâmica singular do espaço jurídico maranhense, com baixo grau de autonomização. Ressaltamos que na tentativa de obtenção de informações de

---

<sup>3</sup> Ver Wolf (2003).

<sup>4</sup> Ver Elias (2000)

maneira impessoal, por meio de requerimento junto ao Tribunal de Justiça e Associação dos Magistrados não obtivemos êxito. As entrevistas foram feitas com roteiro previamente definido com uma composição que objetivava dar conta de três dimensões mais gerais: as origens sociais, a carreira jurídica e de que maneira as entrevistadas percebem o papel de juiz, as relações de gênero em seu espaço de atuação profissional e a autonomia do judiciário.

### **Mulheres na Magistratura e as Relações Políticas no Maranhão**

Com duzentos anos de história, o Tribunal de Justiça do Maranhão é o terceiro mais antigo do Brasil<sup>5</sup>. O meio de recrutamento de juízes de direito que foi adotado no Estado por vários anos, foi a livre nomeação pelo governador, escolhido dentre promotores públicos com mais de três anos de exercício e bacharéis em direito com mais de quatro anos de prática forense. Com a Reforma Constitucional de 20 de março de 1924, foi instituído no Maranhão, o concurso como forma de seleção para o cargo de juiz de direito, fato que resultou na publicação em outubro de 1925, do edital para realização do primeiro concurso para ingresso na magistratura maranhense.

Na magistratura maranhense, a primeira mulher aprovada em concurso foi Judith de Oliveira Pacheco, sendo a 1ª juíza do estado. Assumiu o cargo de desembargadora em 30 de setembro de 1976. A primeira mulher a ocupar o cargo de corregedora-geral da Justiça (1999/2000) e de presidente do Tribunal de Justiça (2002/2003) foi Etelvina Luiza Ribeiro Gonçalves, aprovada no concurso de juiz de direito de 1970. Esta foi também a primeira mulher a assumir a presidência da Associação dos Magistrados do Maranhão- AMMA.

Desde a primeira referência ao concurso como forma de recrutamento de magistrados em 1925<sup>6</sup>, observamos que aumento do número de mulheres na magistratura maranhense se intensificou nos anos de 1990, com destaque para o concurso de 1998, que teve entre os 36 aprovados, 17 mulheres, correspondendo a 47%.

---

<sup>5</sup> O primeiro tribunal do Brasil foi instalado em 1609, com sede na Bahia, mais de um século depois foi criado o segundo tribunal, Tribunal da Relação do Rio de Janeiro em 1751. É em 1811 que se institui no Brasil o seu terceiro Tribunal, a Relação Maranhense, instalada em São Luís a 04 de novembro de 1813, jurisdicionando do Ceará ao Amazonas.

<sup>6</sup> Em 15 de outubro de 1925, quando foi publicado edital no Diário Oficial do Estado do Maranhão, nos termos da Lei n. 1.177, de 22 de abril de 1924.

No entanto, cabe destacar que apesar do aumento observado do número de mulheres entre os juizes no Maranhão, as que conseguem ocupar posições de destaque geralmente estão vinculadas às famílias de político-profissionais do estado. Entre as trajetórias representativas desse imbricamento entre as esferas “política” e “jurídica” que evidenciam a capacidade de gestão do capital de relações sociais, advindo do grupo familiar, podemos mencionar alguns casos, tais como a duas desembargadoras aposentadas: Etelvina Gonçalves e Madalena Serejo e a desembargadora ainda em exercício, Nelma Sarney.

Etelvina Ribeiro Gonçalves nasceu em Teresina (PI), passou a morar no Maranhão em 1951, iniciou suas atividades na magistratura em 1970, passando pelas comarcas de Icatu, Santa Inês, Imperatriz e Codó, até chegar à capital, em maio de 1990. Foi promovida desembargadora em 1993, já no ano seguinte foi eleita presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão. Como já salientado, foi eleita corregedora-geral da Justiça e posteriormente presidenta do Tribunal para o biênio 2002- 2003. O pertencimento à elite política e jurídica maranhense da ex-desembargadora, se expressa nas relações de parentesco com o juiz Tales do Amarante Ribeiro Gonçalves, pai do ex-prefeito de São Luis, João Castelo Ribeiro Gonçalves (PSDB), que é primo de Etelvina Gonçalves. João Castelo, que é formado em direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília- CEUB, já ocupou diversos cargos na política maranhense. Foi eleito deputado federal pelo Maranhão em 1970 e reeleito em 1974, foi indicado governador do Maranhão em 1978. João Castelo conseguiu obter êxito nas eleições de 1982 para senador. Em 1985, sua esposa, Gardênia Gonçalves, é eleita prefeita de São Luís. Em 2002, João Castelo reelege-se deputado federal e em 2008 foi eleito prefeito de São Luís derrotando o candidato Flávio Dino, atual governador do Maranhão. Nas eleições municipais de 2012, João Castelo (PSDB) ficou em segundo lugar no primeiro turno atrás do candidato Edivaldo Holanda Júnior (PTC). No segundo turno, João Castelo mesmo contando com o apoio da então governadora do estado, Roseana Sarney (PMDB), foi derrotado por Edivaldo Holanda Jr. Em 2014 João Castelo elegeu-se deputado federal.

A desembargadora aposentada Madalena Serejo nasceu em Buriti (MA), graduou-se em Direito pela UFMA em 1963. Também iniciou suas atividades judicantes em 1970, chegou à última entrância em 1986. Foi diretora do Fórum Desembargador Sarney Costa,



supervisora do Juizado Informal de Pequenas Causas, juíza eleitoral e juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça. Em 1997 foi promovida para o cargo de desembargadora, foi vice-presidente do Tribunal de Justiça na gestão do desembargador Milson de Souza Coutinho<sup>7</sup> (2004-2005) e supervisora dos Juizados Especiais naquele biênio. Assumiu a presidência do TJ, em sucessão ao desembargador Raymundo Liciano. Com 38 anos de magistratura, Madalena Serejo se aposentou em 2008. O percurso social de Madalena Serejo e a relação entre as posições alcançadas no espaço jurídico e as tomadas de posição no interior das lutas jurídicas e políticas no Maranhão, pode ser evidenciada na atuação política do “casal” Márcia Regina Serejo Marinho (filha da ex-desembargadora) e Paulo Celso Fonseca Marinho. Além de Márcia Serejo Marinho, Madalena Serejo possuía três filhos advogados. Em 2008 se aposentou da magistratura, passando a lecionar no curso de direito da Faculdade do Vale do Itapecuru (FAI) de Caxias, instituição de propriedade de seu genro Paulo Marinho. A desembargadora veio a falecer em 2013. No município de Buriti o Fórum foi homenageado com o nome de Madalena Serejo.

A filha de Madalena Serejo, Márcia Marinho teve sua primeira incursão política aos 31 anos, em 1994, assumindo como deputada federal, filiada ao PSC (mesmo partido do marido). Formada em Medicina pela Universidade Federal do Maranhão, foi Secretária Municipal da Criança e Ação Social em 1993 em Caxias (MA), período em que seu esposo, Paulo Marinho, era prefeito do referido município.

Em 1996, Márcia Marinho muda de partido indo para o PSDB. Disputou as eleições de 2000, sendo eleita prefeita de Caxias (MA) pelo PFL (atual DEM, partido que até pouco tempo pertencia a então governadora do Maranhão, Roseana Sarney).

Em 2002, seu esposo reelege-se pela terceira vez deputado federal. Foi Gerente Regional do município de Pedreiras (MA), em 2000, à época do governo de Roseana Sarney. O “casal” Paulo Marinho e Márcia Marinho demonstraram em diferentes campanhas vinculações com a “família Sarney” (COSTA et al 2011, p. 30-31).

---

<sup>7</sup> O desembargador Milson Coutinho ingressou no TJ-MA pela vaga do quinto constitucional, destinada a advogado em 1994. Nos anos que presidiu o TJ teve sua gestão marcada pela realização do primeiro concurso para servidores do Judiciário maranhense. Atualmente já encontra-se aposentado depois de 15 anos dedicados a magistratura. Dentre os livros que Milson Coutinho já publicou, encontra-se a biografia do desembargador Sarney Costa, pai de José Sarney.

Observamos, por meio das movimentações entre Márcia Marinho e seu marido, tanto na prefeitura de Caxias (MA) como no cargo de deputado federal, a interdependência entre os princípios que regem as lutas políticas locais, estaduais e nacionais. Possibilitando Márcia Marinho ser uma das poucas mulheres maranhenses a ocupar o cargo de deputada federal<sup>8</sup>.

Ainda sobre a “família Marinho”, João Gilberto Lima (2012) desenvolveu sua pesquisa de mestrado sobre as dinâmicas políticas no município de Caxias evidenciando as disputas entre esta e a “família Coutinho”. No caso do marido de Márcia Marinho, Lima (2012) destaca que Paulo Marinho<sup>9</sup> se relaciona, ainda no colégio, com descendentes de importantes “famílias de políticos” do Maranhão, a exemplo dos “Haickel”. O investimento em título escolar (com a formação em direito) no Brasil e no exterior, que anos mais tarde o distinguiu dos demais adversários nas disputas eleitorais. Do mesmo modo, somada às relações estabelecidas na juventude, Paulo Marinho agregou a estas outras relações com a elite políticas estadual, via exercício de cargos na administração pública e trabalho no seu escritório de advocacia, que possibilitaram a sua entrada “por cima” (deputação federal) nas disputas eleitorais (se não levarmos em conta a sua candidatura para prefeito de Caxias em 1988, que foi impugnada), bem como de sua esposa, Márcia Marinho. Em semelhança à “família Coutinho”, a composição do patrimônio dos membros da “família Marinho” apresenta a multiplicidade dos seus investimentos, combinando atividades agropecuárias e empresariais (LIMA, 2012).

A outra trajetória representativa de mulher juíza no Maranhão, cujos familiares ocupam há vários anos posições de destaque na vida política do estado é a de Nelma Sarney.

Nelma Sarney nasceu em São Luís (MA), graduou-se em direito na UFMA. Ingressou na magistratura em 1986, ocupando sucessivamente as Comarcas de Alcântara,

---

<sup>8</sup> Em um espaço de 24 anos (de 1982 a 2006) apenas 4 mulheres foram eleitas deputada federal no Maranhão: Roseana Sarney, Márcia Marinho, Nice Lobão e Terezinha Fernandes. Para maiores detalhes ver COSTA (2009)

<sup>9</sup> Sobre o período escolar de Paulo Marinho, Lima (2012:79) destaca: “(...) natural de Caxias, Paulo Marinho fez o seu ensino primário e primeiro grau nessa cidade, nos colégios Diocesano e Nossa Sr<sup>a</sup> dos Remédios, se deslocando para a capital do estado para fazer o segundo grau. Em São Luís, estudou no Colégio Batista. Nesta escola, foi presidente do grêmio estudantil e vinculado ao chamado Interact Club, um clube de jovens mantido pelo Rotary e que possibilitava o intercâmbio de estudantes em vários países. Paulo Marinho se candidatou a uma bolsa de estudos, ganhou, e foi concluir seu ensino médio nos Estados Unidos”.

Ribamar e Itapecuru-Mirim. Foi diretora do Fórum Desembargador Sarney Costa no biênio 1994/1995. O capital de relações sociais dos agentes jurídicos, em alguns casos, pode ser ampliado por meio de alianças matrimoniais. A desembargadora Nelma Sarney é casada com Ronald Sarney que é irmão do senador José Sarney e tio de Roseana Sarney<sup>10</sup>. O próprio nome do Fórum Desembargador Sarney Costa é em homenagem ao pai de José Sarney.

Sarney Costa ocupou a posição de desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, exercendo a presidência do Tribunal Regional Eleitoral e do próprio Tribunal de Justiça (1953-1955). Fátima Gonçalves (2006) analisa o trabalho de Milson Coutinho (2001) denominado de “Sarney Costa: memória do primeiro centenário”. A autora analisa a posição social de Milson Coutinho ocupada em campos sucessivos de poder - burocrático, jurídico, jornalístico e intelectual- a falar de José Sarney de forma transversal, construindo uma biografia de Sarney Costa.

Gonçalves (2006) demonstra como as representações em torno do uso da noção de “clã” podem retratar tanto uma posição que designa uma ordem de “descendência nobre”, como é caso da percepção de Coutinho (2011), ou pode significar retrocesso político e social, para os adversários políticos de José Sarney. Os indicativos nobiliárquicos construídos na biografia de Sarney Costa produzida por Coutinho (2011) pontuam:

Na História do Maranhão não há registro de uma descendência mais ilustrada que essa do clã Sarney, a ela se nivelando apenas, as famílias Azevedo Correia, Vieira da Silva e Dias Vieira, em que a ascendência e descendência também registram estadistas, ministros, homens das letras, magistrados, parlamentares, Presidentes da Província e Governadores de Estado. Não se incluem aqui os Gomes de Castro, porque estes são também ascendentes dos Araújo Sousa e Araújo Castro. Logo raízes de Sarney (COUTINHO, 2001: 153).

José Sarney é apresentado como parte intrínseca do “somatório genético” dos familiares notáveis. Coutinho (2011) em virtude dos capitais que possui e da posição ocupada no espaço jurídico escreve de modo a contribuir para a reprodução das relações de poder da “família Sarney” no Maranhão. As representações sociais e os esquemas de percepção que permeiam a construção da obra de Coutinho (2001) com depoimentos do próprio José Sarney evidenciam como ao falar do pai, José Sarney busca construir uma

---

<sup>10</sup> Sobre a trajetória política de Roseana Sarney ver Gonçalves (2006)

imagem de si. A ideia de linearidade na construção da trajetória é destacada na apresentação das raízes familiares abaixo:

Pois é nessa quadra do século XIX que vêm ao mundo, em São Bento, os ascendentes de um tronco familiar que iria dar ao Maranhão e ao Brasil as figuras mais representativas do século XIX e XX. Essas raízes familiares têm nomes dos proprietários, políticos e homens de grande visão e são eles os patriarcas do clã Araújo Sousa, senhor de terras e engenhos, negociante e político de grande prestígio, tio-avô do Desembargador Sarney de Araújo Costa; Tem-Cel. Guilherme Luis de Araújo e Sousa, irmão do precedente fazendeiro, deputado, homem de visão, avô do biografado Desembargador Sarney (COUTINHO, 2001:41).

As categorias classificatórias, tais como “homens de grande visão”, “político de grande prestígio” tendem a ser naturalizadas como verdades absolutas bem no sentido do que nos adverte Bourdieu (1994, 2008, 2010c).

Inspirada nas formulações de Bourdieu, Gonçalves (2006) chama atenção para o fato de José Sarney se colocar nas páginas da biografia como filho e “herdeiro” das características paternas. José Sarney desloca o discurso laudatório do pai para si mesmo. Atributos como “gosto pela literatura”, “hábito da oração”, “hábito de dar esmolas” são tomados como herança do pai para o próprio José Sarney.

Outra característica de meu pai era o gosto pela literatura. Memória prodigiosa. Sabia de cor uma infinidade de versos de poetas populares de sua geração, e então, ouvíamos Guerra Junqueira, Casimiro de Abreu, Bilac, Gonçalves Dias, Castro Alves, e os sonetos célebres do Maranhão (...) Rezava muitas vezes por dia, no modesto oratório de nossa casa, para o seu santo da devoção, Santo Antônio, que até hoje também castigado pelos anos, permanece no mesmo e velho santuário, no quarto de minha mãe. Dele herdei o hábito de fazer a mesma coisa todas as vezes que ali chego. De minha mãe e dele é a minha fé (SARNEY apud COUTINHO, 2001:18).

O cunhado da desembargadora Nelma Sarney, José Sarney foi deputado, senador pelo Maranhão entre 1971 e 1985, governador do Maranhão entre 1966 e 1971, Presidente da República de 1985 a 1990. Após deixar a presidência, Sarney continuou sua trajetória política como senador pelo estado do Amapá. Foi presidente do Senado Federal por três vezes, de 1995 a 1997, de 2003 a 2005 e de 2009 a 2011. Além de pai

da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, tem como filhos o deputado federal Sarney Filho e o empresário Fernando Sarney.

No ano de 2013, quando o tribunal de justiça comemorou seu bicentenário, três mulheres foram eleitas para compor a mesa diretora e Nelma Sarney foi uma das desembargadoras escolhidas. Nelma Sarney foi eleita para a Corregedoria Geral de Justiça com 22 votos no dia 8 de outubro do referido ano. A presidente eleita, sucedendo o ex-presidente desembargador Guerreiro Júnior, foi a desembargadora Cleonice Freire com 23 votos e a vice-presidente a desembargadora Anildes Cruz, com 22 votos. Foi a primeira vez, depois de duzentos anos de história que o Tribunal de Justiça do Maranhão possuiu três mulheres na diretoria.

Sobre Nelma Sarney, ainda no que se refere às relações políticas de sua família no Maranhão, vale destacar que a desembargadora possui um genro deputado estadual do PV, Edilázio Gomes da Silva Jr, que é casado com sua filha Alina Silva Sarney Costa. O genro de Nelma Sarney aos 33 anos foi reeleito a deputado no Maranhão em 2014. Edilázio é advogado formado pelo UNICEUMA, trabalhou no TJ e no TRT. Edilázio, além de genro de Ronald Sarney e da desembargadora Nelma Sarney é aliado político no PV do Maranhão, que é comandado por Sarney Filho.

Outro exemplo da continuidade da rede política, da família na qual está inserida a desembargadora Nelma Sarney, foi a eleição do deputado estadual Adriano Sarney. Este, aos 34 anos é o primeiro neto de José Sarney a ingressar na política. Herdeiro mais velho do deputado federal Sarney Filho, que foi reeleito para oitavo mandato.

Apesar de anunciarem aposentadoria no ano de 2015, José Sarney e Roseana Sarney contaram com outros exemplos de reprodução das relações de poder do chamado “Sarneysmo” no Maranhão nas eleições de 2014. O ex- governador e atual senador João Alberto, forte aliado político da família Sarney, teve seu filho eleito deputado federal, João Marcelo pelo PMDB. E o cunhado da governadora Roseana Sarney, Ricardo Murad, lançou sua filha a candidatura de deputada estadual, Andréa Murad (PMDB), esta foi eleita ficando entre os cinco deputados estaduais com maior quantidade de votos no Maranhão, obteve 77.889 votos.

Mayer (1987) nos auxilia na compreensão dessas relações de caráter pessoalizado. O autor desenvolveu a noção de *quase-grupos*, para pensar a rede como

uma estrutura limitada, este se caracteriza como um conjunto finito de interconexões que se origina de um *ego*. O ego em função de mobilizações políticas específicas, estrutura *conjuntos de ação* baseado em várias formas de elos, a interconexão pode está baseada em relações de patronagem, parentesco, partido, amizade, religiões, etc.). Mayer (1987), ao estudar as relações entre líderes e seguidores, se baseia ainda na noção de *facções* como unidades de conflito acionadas em ocasiões específicas. Para Mayer (1987:149) as *facções* são vagamente ordenadas, suas bases de arregimentação são estruturalmente diversas e tornam-se manifestas por meio de uma interconexão de autoridade pessoal entre líder e seguidor e se baseiam muito mais em transações do que em questões de princípios.

A concepção de política, baseada no princípio de reciprocidade, está presente em muitas situações do cenário brasileiro, como mostram importantes estudos desenvolvidos em diferentes dimensões da hierarquia política, que destacaram reflexões sobre a política e as relações pessoais (lealdade, reciprocidade, favor, mediação) como Kuschnir (2000a, 2000b), Bezerra (1999), Palmeira e Heredia (1995), Palmeira (1992, 1996), Grill (1999, 2003), dentre outros.

Abaixo temos uma imagem ilustrativa das relações pessoais e até mesmo de parentesco nas dinâmicas eleitorais do Maranhão, pai e filho (ministro Lobão e senador Lobão Filho) e sogro e genro (José Sarney e Edilázio) inauguram comitê de campanha em São Luís em 2014, das disputas para deputado estadual. Segue imagem de José Sarney e aliados apoiando candidatura do genro da desembargadora Nelma Sarney:

**Imagem 1- José Sarney, ex-ministro Edison Lobão e senador Lobão Filho apoiando a candidatura de genro de Nelma Sarney**



Fonte: [luiscardoso.com.br/politica/2014/07/edilazio-demonstra-forca-politica-na-inauguracao-de-comite-de-campanha](http://luiscardoso.com.br/politica/2014/07/edilazio-demonstra-forca-politica-na-inauguracao-de-comite-de-campanha)

Na imagem acima ainda aparecem ao lado de José Sarney o ex-ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, aliado político de José Sarney desde a década de 1970. Em 2014 o filho do ministro foi o candidato ao governo do Maranhão, de blusa branca na imagem, Edinho Lobão Filho não obteve êxito nas eleições, perdendo para Flávio Dino<sup>11</sup> PC do B.

Os laços de parentesco constituem grupos de recursos para um indivíduo ou uma família, Wolf (2003) ao estudar a centralidade da “família” na estrutura social salienta que a distribuição de alianças de parentesco constitui importante critério na demarcação de classes.

Observamos alianças matrimoniais entre membros da elite jurídica e elite política no Maranhão, outro caso que ilustra bem tal situação é um dos casamentos mais recentes da “família”, o irmão da magistrada Nelma Sarney, Telmo Jr que se casou com Natássia Weba, filha do deputado estadual Hemetério Weba (PV).

Bourdieu (1994) pontua que as estratégias matrimoniais, não obstante em contextos onde o grau de objetivação dos capitais é baixo, assumem um papel central no conjunto das estratégias de reprodução de “famílias”, sobretudo porque o vínculo matrimonial aparece como um dos instrumentos mais seguros que se encontram propostos, na maioria das sociedades, para assegurar a reprodução do capital social e do

---

<sup>11</sup> Advogado, ex-magistrado e professor de direito da UFMA. Eleito deputado federal em 2006. Foi presidente da EMBRATUR até março de 2014. Para maiores informações sobre a trajetória de Flávio Dino ver BARROS FILHO (2007)

capital simbólico, salvaguardando o capital econômico. As imagens 2 e 3 mostram a aliança matrimonial entre “famílias tradicionais” do Maranhão.

**Imagem 2- Desembargadora Nelma Sarney leva seu irmão ao altar**



Fonte: Revista Caras e Nomes, 10ª edição.

**Imagem 3- Casamento de Natássia Weba e Telmo Jr**



## *Webas e Sarneys juntos no altar*



Fonte: Revista Caras e Nomes, 10ª edição.

A “família Weba” já ocupou alguns cargos eletivos na política local no estado, Hemetério Weba é ex-prefeito do município de Nova Olinda do Maranhão e seu filho, Márcio Weba (PSD) é ex-prefeito de Araguaianã. Em 2014 Hemetério Weba conseguiu se reeleger a deputado estadual pelo PV.

No que se refere à trajetória da desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz, veremos que Etelvina Ribeiro Gonçalves, prima do ex-prefeito João Castelo, como frisamos anteriormente, teve ligações com Anildes Cruz ao indicá-la para determinados postos no judiciário, como atestam as informações publicadas no site do TJ-MA. Esses movimentos de apoio entre as desembargadoras servem para ilustrar o que Landé (1977) chamou de *alianças diádicas horizontais*<sup>12</sup>, que nos ajudam a pensar a dinâmica do espaço jurídico do Maranhão, como espaço atravessado por relações de compromissos, que se estabelecem pelos mais variados interesses, como veremos adiante.

Anildes Cruz nasceu em São Luís-MA, no dia 14 de janeiro de 1947. É casada com o advogado e procurador da Câmara Municipal Walter Marques Cruz, com quem tem dois filhos: Aline Cristine Chaves Cruz e Adolfo D'Avila Chaves Cruz. Seus

---

<sup>12</sup> Em seus estudos Landé (1977) destaca dois tipos de alianças diádicas: horizontais e verticais. As primeiras se estabelecem entre pessoas de status iguais e as segundas são aquelas entre pessoas de posições sociais diferenciadas.

estudos foram realizados nos colégios, Zuleide Bogéa, Zoé Cerveira, Instituto Escola Normal e Liceu Maranhense, onde concluiu o clássico.

Em 1966, ingressou na antiga Faculdade de Direito de São Luís, formando-se em 1970. Ingressou na magistratura em 1978, na comarca de Vargem Grande. Em 1981, foi promovida para a de Santa Inês, de 2ª entrância. Em 1986, foi promovida para a comarca de Pedreiras, de 3ª entrância. Chegou à entrância final em 1992, exercendo suas funções judicantes na 2ª Vara Cível.

A desembargadora Etelvina Ribeiro Gonçalves a indicou para o biênio 2000/2001, para exercer o cargo de Juíza Auxiliar da Corregedoria. Foi também Etelvina Gonçalves, quando presidente do TJ, no biênio 2002/2003, quem designou Anildes Cruz para o cargo de coordenadora dos Juizados Especiais.

Tornou-se desembargadora, após 26 anos de magistratura, em 2004. Em 2011 foi empossada como Membro Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão-TRE-MA, assumindo, na mesma data, a Vice-Presidência e Corregedoria da Corte Eleitoral. Em 19 de dezembro de 2011 foi eleita e empossada como Presidente do TRE.

Conforme mencionamos anteriormente, em outubro de 2013, após eleição da Mesa Diretora da Corte Estadual para o biênio 2014/2015, Anildes Cruz tornou-se vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), assumindo o cargo no dia 20 de dezembro do mesmo ano.

Entre as seis mulheres desembargadoras no Maranhão, 5 atuaram em posições identificadas como guetos femininos. Além de Cleonice Freire, a juíza Anildes Cruz, como mencionamos anteriormente foi coordenadora dos Juizados Especiais, Nelma Sarney foi juíza substituta da 2ª Vara de família e juíza titular da 3ª Vara de família, a juíza Maria das Graças Mendes foi titular da 2ª Vara de família em 1992, exercendo suas atividades nessa vara por dez anos consecutivos e a juíza Angela Salazar pertenceu à 1ª Vara da infância e juventude em 1996 e a 5ª Vara de família de 2009 a 2013.

Na justiça de primeiro grau no Maranhão, em 2001 do total de 203 juízes, 68 eram mulheres, em 2015 dos 275 magistrados, 96 são mulheres. Entre os níveis de progressão nessa instância<sup>13</sup>, a entrância intermediária é a que apresenta um maior

---

<sup>13</sup> Os níveis de progressão na primeira instância da carreira são: juiz substituto, entrância inicial, entrância intermediária e entrância final.

número de magistradas, 41 mulheres e 66 homens, enquanto que entre os 98 juízes que ocupam a entrância final, apenas 29 são juízas. Na justiça de segundo grau, ocupam atualmente o quadro do Tribunal de Justiça do Maranhão, 26 desembargadores, sendo 6 mulheres. No que concerne à formação educacional, observamos uma maior homogeneidade, com quase totalidade dos juízes formados pela Universidade Federal do Maranhão, apenas um desembargador se formou pela Universidade Federal do Piauí.

Quando observamos esses dados sob o recorte de gênero, entre as 6 desembargadoras, 4 são naturais da capital e duas do interior do estado. No que se refere à formação educacional, todas são formadas pela Universidade Federal do Maranhão, sendo que cinco obtiveram o diploma a partir dos anos 1970 à 1975, somente uma se formou em 1980.

Na dinâmica de diversificação das “elites jurídicas”, a ampliação do número de vagas nas universidades públicas, assim como a expansão da rede privada de ensino superior é considerada por alguns pesquisadores, tais como Vianna *et al* (1997), como parte do processo de democratização do Judiciário. Além de abordarmos o crescente processo de “feminização” na magistratura em diferentes países, conforme enfocamos no capítulo anterior, visamos problematizar ao longo da tese até que ponto o ingresso de novos perfis, de modo particular das mulheres na magistratura maranhense, pode mais do que reforçar o argumento de democratização desse espaço, revelar mecanismos de reprodução das “elites jurídicas”.

Para isso, buscamos evidenciar as diferentes modalidades de perfis sociais dos agentes entrevistados. As variáveis aqui operacionalizadas dizem respeito à posição social de origem, isto é, exposição do perfil dos avós maternos e paternos, dos pais e irmãos, escolarização e situação conjugal. Dois aspectos são destacados na apresentação dos casos. Em primeiro lugar, o volume e estrutura do capital das mulheres que conseguiram ingressar na magistratura maranhense, bem como se ocorre ou não uma reprodução da carreira jurídica na “família” das entrevistadas. Em segundo lugar, a construção de padrões que evidenciam a diversificação das “elites jurídicas” entre os casos analisados, comparando tanto o interior de cada modalidade como entre elas.

Três padrões de recrutamento podem ser mencionados considerando os dados apreendidos durante a pesquisa, dois com características mais tradicionais e outro com

atributos relacionados a camadas médias e baixas. O primeiro padrão se destaca por juízas que integram “famílias” originárias do interior do Maranhão, netas ou filhas de “grandes proprietários rurais” e com membros da “família” que ocupam ou já ocuparam cargos na política local no Maranhão. Os perfis com essas características foram os que apresentaram maior regularidade no que se refere ao fato de ter relações de parentesco com profissionais da área jurídica em diferentes gerações da “família”. Algumas, por exemplo, relataram experiências de seus avós na consolidação da Faculdade de direito que mais tarde integraria a UFMA. As entrevistadas que possuíam avô juiz, destacam o investimento por parte de seus avós na escolarização de seus pais e tios, constantemente enfatizando a importância da carreira jurídica. A posição de seus parentes na hierarquia jurídica se destaca em relação aos outros padrões. Somando-se a isso, nesse padrão as juízas ingressaram mais cedo na magistratura em comparação aos outros dois.

O segundo padrão se caracteriza por juízas provenientes de “famílias” de comerciantes urbanos ou empresários que atuam há vários anos no Maranhão. Em alguns casos, os avós são originários de fora do Maranhão ou do Brasil. Nesse perfil, o número de familiares atuando na área jurídica apresenta-se em menor número e em alguns casos é até inexistente. O aumento do volume do capital econômico por meio de alianças matrimoniais das juízas com cônjuges do ramo empresarial é mais recorrente nesse perfil.

Por fim, o terceiro padrão se distingue dos demais por apresentar juízas de origem social de camadas médias ou baixas. As magistradas que integram esse padrão em geral são filhas de funcionários públicos de médio escalão como técnico administrativo do Banco do Brasil ou professores universitários. Nesse padrão identificamos apenas um caso de filha de pequenos agricultores. O peso atribuído aos percursos escolares bem sucedidos por parte de diferentes membros da “família” incidu de forma mais recorrente nos relatos das entrevistadas desse perfil, assim como uma diversificação maior das ocupações entre os irmãos.

Concernente às origens geográficas das magistradas entrevistadas, observamos que os dados de local de nascimento dos avós maternos e paternos indicam um cenário diversificado: 76% das juízas têm avós maternos nascidos do interior do Maranhão<sup>14</sup>, cerca de 14% dos avós maternos são originários de fora do estado e um pouco mais de

---

<sup>14</sup> Os municípios de Colinas, Vitorino Freire, Viana, Guimarães e Coroatá foram mencionados em mais de um caso.

9% são oriundos de São Luís. No que se refere aos avós paternos a origem geográfica fora do Maranhão prevalece, com casos de avós que nasceram tanto em outros estados - cerca de 38% - como fora do Brasil<sup>15</sup>, representando 19%.

Observamos, assim, uma predominância entre as entrevistadas de avós maternos provenientes do Maranhão e avós paternos originários de outro estado. Vale destacar que embora o número de avós paternos oriundos de fora do Maranhão seja expressivo, os dados apontam para a formação de “elites locais” com uma significativa mobilidade da “família” nas gerações posteriores, no que se refere à saída do interior do estado para estudar em São Luís. A maior parte das juízas entrevistadas nasceu e estudou no Maranhão, assim como seus pais.

Quando analisamos o estado de nascimento dos pais e das próprias juízas (tanto as de primeiro grau como as de segundo grau) e o local de desenvolvimento dos estudos escolares e universitários das mesmas, a mobilidade é acentuada em relação aos pais, que precisaram se deslocar do interior do estado para continuação do percurso escolar em São Luís. Entre as desembargadoras, todas nasceram no Maranhão e se graduaram na UFMA e entre as juízas de primeiro grau, apenas dois casos cursaram a graduação em direito em outro estado, mas ambas cresceram no estado do Maranhão.

É possível perceber que apenas 3 casos, cerca de 11% dos desembargadores nasceram fora do estado, enquanto que se considerarmos os nascidos no interior do Maranhão (46,1%) e em São Luís (42,3%) temos um total de um pouco mais de 88% originários do Maranhão. O que mostra uma tendência maior da justiça de segundo grau ser ocupada por juízes oriundos do próprio estado e uma alta mobilidade do interior do Maranhão para São Luís. Situação usufruída por um número restrito de famílias que dispunham de recursos econômicos, familiares e capitais de relações sociais para enviar seus filhos para estudarem na capital.

Quando observamos as juízas de primeiro grau, entre as entrevistadas 43% possuem pai com nascimento em São Luís, 38% afirmaram ter pai nascido no interior do Maranhão. Entre as mães o percentual das que nasceram no Maranhão é mais alto, 66% têm mãe com nascimento no interior e 24% em São Luís. O que reforça o argumento de alta mobilidade social entre os familiares das magistradas, do interior do estado para

---

<sup>15</sup> Identificamos casos de avós paternos que nasceram na Itália, Portugal e no Líbano.

capital, boa parte das juízas entrevistadas relataram que para que seus pais prosseguissem os estudos passaram a morar em São Luís. Em alguns casos a mobilidade acontece em toda família, com os avós se deslocando com seus filhos, em outras situações o filho era enviado para morar na casa de parentes mais estabelecidos em São Luís.

Relativo ao local de nascimento das juízas, entre as 21 entrevistadas, 17 nasceram em São Luís, o que corresponde a 81%, 2 são originárias do interior do estado, o equivalente de 9,5% e dois casos declararam ter nascido fora do Maranhão. Vale mencionar que entre as duas juízas que nasceram fora do estado, uma é originária do Rio de Janeiro e outra do Pará, ambas cresceram e estudaram em São Luís.

Sobre a ocupação e escolaridade dos avós das juízas constatamos tanto nos avós paternos como nos avós maternos um perfil escolar e ocupacional próprios de camadas sociais elevadas quando o foco recai sobre os homens da “família”. As que declararam possuir o avô com formação universitária representam aproximadamente 42% dos casos e as que possuem avô com ensino médio completo somam cerca de 20%.

Vale ressaltar que o grau de escolaridade do avô é bem diferenciado em relação aos das avós, fato que evidencia as características próprias de contextos patriarcais, onde as atividades voltadas para esfera doméstica e o pouco acesso à escolarização eram recorrentes entre as mulheres da época. Entre as avós das juízas entrevistadas 88% têm somente até o ensino primário e não identificamos nenhum caso de avós com ensino superior.

A ocupação que prevalece entre as avós é a de “dona de casa”. Considerando esse recorte de gênero, quando observamos o grau de escolarização e ocupação dos pais, uma mudança geracional é identificada no grau de escolaridade das mães das juízas e a ocupação das mesmas. Enquanto entre as avós nenhuma aparece com curso superior, as mães com curso superior completo representam 66%, exercendo majoritariamente funções no ensino superior e setor público voltado para profissões da área jurídica.

No que se referem às profissões exercidas pelos avós, três ocupações se destacam: grandes proprietários rurais, com 28,5%, profissionais da área jurídica, com 23,8%, e comerciantes cerca de 21%. Como afirmamos anteriormente, a profissão que prevalece entre as mulheres, avós das entrevistadas se destaca a de “dona de casa”, cerca de 90% dos relatos apontaram para esse dado.

Não entrevistamos juízes do sexo masculino para compararmos se no Maranhão as mulheres que exercem atualmente a magistratura foram recrutadas em famílias de escolaridade mais elevada que a dos homens, em particular ao que se refere ao grau de escolaridade da mãe. Dados de Vianna *et al* (1997:110) sugerem que tanto a escolaridade da mãe da juíza, quanto a ocupação são variáveis mais influentes na sua trajetória profissional do que no caso dos magistrados. Embora não possamos comparar homens e mulheres na magistratura maranhense no que se refere ao grau de instrução dos avós, o número de quase 43% dos avós com curso superior é bastante expressivo, principalmente quando consideramos os índices de escolaridade da população do Maranhão.

Os casos de juízas com avós em profissões menos valorizadas socialmente são reduzidos. Observamos entre os que desenvolvem a atividade de pequenos produtores rurais, apenas 3 exercem tal ocupação, o que demonstra a predominância de um recrutamento de juízas provenientes de familiares pertencentes às camadas mais altas.

Os dados relativos à escolaridade dos pais das juízas denotam um padrão de recrutamento pouco heterogêneo. Tanto entre as mães como entre os pais a formação com curso superior completo prevalece. Dentre as entrevistadas, em torno de 80% possuem pai com nível superior e 66% têm mãe com curso universitário.

Segundo os dados da pesquisa da AMB 2005, na magistratura nacional há um aumento significativo na escolaridade dos pais dos desembargadores, que praticamente dobra quando se analisa a situação dos desembargadores da ativa em relação aos aposentados (SADEK, 2006:22). Ao longo dos anos, a tendência ao recrutamento de juízes filhos de pais com formação universitária tem se mostrado expressiva. Segundo Vianna *et al* (1997:88), no final da década de 1970, apenas cerca de 20% dos concursados eram filhos de pais com curso superior, índice que nos anos 1990 atingiu 40%. Entretanto, o autor destaca que os concursos da década de 1990 registraram ainda um percentual muito elevado de filhos de pais com escolaridade até o ensino primário, totalizando cerca de 50%. No Maranhão entre as entrevistadas nenhuma declarou ter pai ou mãe com grau de instrução somente até o primário.

Ao analisarmos as ocupações dos pais, 57% das entrevistadas declararam serem filhas de pai profissional da área jurídica e 14% de pais empresários ou engenheiros. Identificamos, também, casos de mães com atividade jurídica, mas em menor proporção

que dos pais, 14%. Entre as ocupações desenvolvidas pelas mães das juízas observamos uma diversificação, com predominância da atividade de professora universitária, somando um total 24%.

Quando observamos a formação e ocupação dos avós, dos pais e das mães das juízas entrevistadas, percebemos que os dados se distanciam do que afirmam Vianna *et al* (1997:92-93) sobre a incorporação de magistrados originários de setores mais baixos nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. O autor afirmou que “o avanço da modernização” tem deslocado as antigas oligarquias da administração pública estadual, ao mesmo tempo em que, a esfera pública abriu possibilidades à constituição de novas elites originárias de setores médios e subalternos. No Maranhão, essa afirmativa tende a ser refutada quando observamos os dados de origem e relações sociais das desembargadoras mencionados no capítulo anterior e os dados de escolaridade e ocupação dos avós e pais das juízas estaduais analisados aqui nessa seção. Não é raro entre as desembargadoras o acionamento das redes de relações com agentes da política tradicional, conforme exemplificamos nos trajetos e relações familiares de Etelvina Gonçalves, Madalena Serejo e da desembargadora Nelma Sarney. E em alguns casos das juízas de primeiro grau, familiares ocupantes de cargos políticos e a predominância de avós e pais com cursos superiores e ocupações de alto prestígio social.

Sobre a ocupação dos irmãos das juízas, as engenharias prevalecem com quase 27%, seguida dos profissionais da área jurídica com 20%. Nenhuma das entrevistadas declarou ser filha única. As originárias de “famílias” de grandes proprietários rurais, o número de familiares da área jurídica foi mais recorrente. Tanto entre avós, pais e irmãos, com destaque para os pais, mas tiveram casos que apresentaram irmãos advogados ou juízes, entre esse padrão houve casos também de irmãos mais novos graduados em direito exercendo atividades técnicas em instituições jurídicas com objetivo de prestar concurso para juiz, demonstrando uma continuidade da carreira de magistratura na “família”.

No padrão de juízas provenientes de “famílias” de empresários, os irmãos mais velhos tendem a se ocupar do gerenciamento do patrimônio familiar, participando da administração das empresas familiares e os demais, em geral ocupavam profissões da área médica ou engenharia. Em um movimento de expansão horizontal de suas profissões, observamos uma combinação na diversificação dos investimentos feitos pelos



filhos ao longo do tempo nesse padrão. De maneira geral, suas trajetórias são marcadas por atividades empresariais ligadas a área que a “família” já desenvolve, bem como por ocupações de função de “liderança” nas construtoras e no setor médico.

Enquanto que no terceiro padrão de juízas originárias de “famílias” de camadas médias ou baixas declararam possuir irmãos na área social, contabilidade ou no funcionalismo público.

Em nenhum caso foi observado uma desqualificação da profissão de juíza por parte das entrevistadas quando comparada as profissões exercidas por seus irmãos, o que foi possível perceber foi uma valorização maior do êxito na aprovação do concurso e do significado de exercer a profissão por parte das juízas provenientes de famílias de camadas sociais mais baixas. A valorização da aprovação do concurso acontece principalmente no primeiro e no terceiro padrão, sendo que o significado atribuído ao fato de ser juíza é diferenciado. Enquanto no primeiro padrão ter alguém na “família” aprovada no concurso para magistratura é importante porque significa uma continuidade da carreira jurídica na “família”, no terceiro padrão é o caráter excepcional de se ter um juiz na “família” e a mobilidade social adquirida por meio de tal profissão que é valorizado, nos relatos das juízas filhas de funcionários públicos ou de pequeno produtor rural, a ascensão social partindo de uma origem mais baixa é a tônica das narrativas.

Quando consideramos os dados sobre ocupação dos avós, pais e irmãos, podemos perceber que estes revelam uma tendência à valorização da carreira jurídica entre os familiares das entrevistadas nos três padrões, no entanto o peso maior recai sobre o primeiro padrão. Entre os avós quase 24% ocupam profissões da área jurídica, entre as mães o percentual é de 14% e entre os pais observamos o maior índice de 57%. Entre as vinte e uma juízas que entrevistamos apenas quatro declararam não ter casos de parentes atuando na área jurídica. Em 81% dos casos foi possível identificar situações de laços de parentesco com pelo menos um profissional da área jurídica, nos diferentes ramos, advogados, promotores, desembargadores.

Werneck Vianna *et al* (1997) demonstraram em sua pesquisa que dentre os magistrados em atividade nos anos de 1990 no Brasil, 26,6% declaram ter algum parente magistrado, 14,1% afirmaram ter algum promotor na família e 4,3% algum defensor público. Entre os magistrados do Paraná segundo pesquisa realizada por Paladino

(2007:44) ainda que não exista uma representação acentuada de pais e avós ligados à carreira jurídica, nota-se uma forte influência da profissão quando é ampliado o universo da família. Os tios ligados à atividade jurídica correspondem a 38%, e os números aumentam significativamente no grupo da mesma geração: irmãos, 26,8%, e primos, 56,3% . A valorização da profissão evidencia-se ainda mais quando é analisada a geração futura – sobrinhos, 56,3%, e filhos, 74,6%.

Os investimentos em escolarização entre os familiares das juízas demarcam a estratégia de canalizar os estudos de seus filhos para os grandes centros de ensino no Maranhão. Quando questionadas sobre a instituição frequentada em seu trajeto escolar, três escolas se destacaram nos depoimentos das juízas: Marista, Santa Teresa e Dom Bosco. A presença desses agentes nessas instituições de ensino privado, localizadas em São Luís, indicam os deslocamentos enfrentados por boa parte dos pais das futuras juízas para a capital, embora os avós se encontrem, majoritariamente no interior.

O papel das instituições educacionais de caráter religioso na formação da elite jurídica e política é observado em diferentes estados brasileiros ao longo dos anos. Entre o final do século XIX e início do século XX No Maranhão, as duas instituições de ensino médio mais mencionadas pelas juízas (Marista e Santa Teresa) se enquadram nesse perfil.

No Maranhão essas instituições centenárias, com seus altos valores nas mensalidades, acabavam ficando voltadas ao atendimento dos filhos provenientes de “famílias” de estratos sociais elevados. Eram consideradas as principais escolas da sociedade ludovicense, pelo menos até a década de 1990.

Valorizar o investimento educativo de seus filhos por parte dos pais das futuras juízas aponta para a combinação de capitais originalmente detidos, como capital econômico e social, com o capital escolar (Bourdieu, 1994), fortalecendo uma posição dominante no estado, uma vez que os níveis de escolarização da população em geral no Maranhão são bastante baixos.

Sobre elites maranhenses e estratégias de investimento em educação escolar, Grill (2010), em estudo sociográfico dos candidatos a prefeito no Maranhão nas eleições de 2008, observou a importância do acesso à escolarização entre as “elites políticas locais”, que difere do grau de escolarização do conjunto do eleitorado maranhense, o que

conformaria o fenômeno da sobre-representação dos estratos dominantes e da sub-representação das camadas dominadas da hierarquia social.

A maior parte das entrevistadas declarou ter frequentado o colégio Marista (38%), em segundo lugar o colégio Santa Teresa com 28,5% das entrevistadas e o colégio Dom Bosco com 14%. Todas as três escolas fazem parte das instituições tradicionais de ensino de São Luís, é notório o investimento na escolarização dos familiares em instituições de ensino “católicas”. Foi recorrente entre as falas das entrevistadas o destaque ao afirmar que a escola frequentada era mesma em que seus pais realizaram seus estudos, de modo geral os irmãos também frequentaram os mesmos estabelecimentos durante as carreiras escolares.

A maioria das juízas entrevistadas obtiveram seus títulos superiores no Maranhão, na Universidade Federal, totalizando 86% dos casos. Apenas uma entrevistada concluiu seu curso de graduação em direito no UNICEUMA e duas em instituições privadas fora do estado do Maranhão: Bahia e Brasília.

O elevado número de juízas que realizaram seus estudos na Universidade Federal do Maranhão se explica em parte porque de 1913 até os anos de 1990 a UFMA foi a única instituição no estado a oferecer o curso de direito. Somente março em 1993 que começou a funcionar em São Luís o curso de direito oferecido pela instituição de ensino superior de caráter privado Centro Universitário do Maranhão- CEUMA. Nos anos seguintes ocorreu um aumento significativo da oferta do curso de direito, tanto pelas vagas oferecidas pela Universidade Estadual do Maranhão como pela rede privada de ensino superior, tais como: Estácio de Sá, FACAM, CEST, UNDB, dentre outras.

Em relação ao estado civil das magistradas, entre as juízas entrevistadas mais de 70% é casada, sendo 16 dos 21 casos analisados. A pesquisa aponta para um total de 67% se considerarmos as juízas casadas com filhos, apenas 9,5% são divorciadas e 14% solteiras.

Dentre as que se declararam casadas, todos os cônjuges têm nível superior. Entre as que mencionaram ter cônjuge que atuam em profissões da área jurídica, totalizam 37,5% dos casos. Quando consideramos os laços de parentesco das juízas com profissionais da área jurídica o que prevalece são os pais, como já demonstramos no quadro 17, 57% dos pais das entrevistadas são da área jurídica. Entre as ocupações dos

cônjuges que não atuam na área jurídica se destacam profissões tradicionalmente valorizadas, tais como engenharia e medicina, embora alguns casos de empresários e funcionários públicos também tenham sido mencionados.

Em relação à formação universitária das magistradas, além da identificação da instituição que realizaram o curso de direito, o foco em nossa pesquisa recaiu também na identificação da obtenção de títulos de pós-graduação, conforme abordaremos adiante.

#### *Aprovação no concurso*

Com o objetivo de analisar o modo de ingresso realizado, se precoce ou tardio na magistratura entre a população estudada, construímos um quadro com quatro intervalos de tempo percorrido da graduação até a aprovação no concurso de juiz de direito. Dividimos entre aquelas que ingressaram na magistratura em até quatro anos após a formatura, aquelas que demoraram de cinco a seis anos para aprovação no concurso, as que tiveram um intervalo de sete a nove anos e os casos que demoraram mais de dez anos para ingressar na magistratura. Percebemos que a maior porcentagem se concentra no ingresso precoce, com destaque entre as mulheres que demoraram no máximo 04 anos para ingressar na magistratura, somando 43% dos casos. A segunda maior taxa está entre as que demoraram entre 05 a 06 anos, totalizando 38% e apenas um caso demorou mais de 10 anos para ser aprovada no concurso da magistratura, correspondendo a 4,7%.

Segundo Vianna *et al* (1997) podemos considerar como um indicador das dificuldades enfrentadas pela candidata para ingressar na magistratura, o número de concursos anteriores realizados. Observamos que 43% das juízas entrevistadas passaram no primeiro concurso, 28,5% fizeram dois concursos e apenas 9,5% fizeram três ou mais concursos. Vale destacar que consideramos não apenas os concursos realizados para a magistratura, mas também a tentativa de outros concursos na área jurídica, tais como para o Ministério Público, Defensoria Pública e magistratura na justiça do trabalho.

Quando se contrasta a informação relativa ao intervalo de tempo entre o término da graduação e ingresso na magistratura com o número de concursos anteriores realizados, notamos que as juízas que entraram mais tardiamente e prestaram dois concursos ou mais são oriundas de “famílias” de estrato social mais baixo. As juízas provenientes de “famílias” de tradição jurídica ou ainda que não sejam pertencentes às “famílias” que valorizam a carreira jurídica mas são originárias de camadas sociais mais

elevadas dispõem de uma facilidade maior de aprovação no concurso, no que se refere ao ingresso mais rapidamente após o término da graduação. Ao analisar os dados dessa pesquisa percebemos que o intervalo entre graduação e concurso tende a ser maior quanto mais decresce a posição social de origem da juíza entrevistada.

Não raro, observamos nos depoimentos o acionamento das redes de relações sociais para obtenção de postos de assessoria a desembargador antes da aprovação no concurso, as que conseguem mais rapidamente adquirir tais posições, em geral são de “famílias” de tradição jurídica, ao ocuparem esses espaços acabam por adquirir mais saberes técnicos que a profissão exige, somando-se a isso as redes de relações com profissionais da área jurídica são atualizadas e maximizadas durante esse período de atuação na assessoria de juiz de segundo grau.

### **Considerações Finais**

Além da exposição das trajetórias das desembargadoras, como primeiro momento de análise dos dados especificamente sobre o espaço jurídico maranhense, a apresentação dos resultados da pesquisa teve um segundo momento: a demonstração das diferentes modalidades de perfis das vinte e uma juízas de primeiro grau entrevistadas. Vale destacar que as fontes de obtenção dos dados para construção das análises sobre as trajetórias das desembargadoras foram públicas, motivo que justifica a manutenção do nome das desembargadoras, diferentemente das juízas de primeiro grau, cujos nomes adotados ao longo são fictícios, em decorrência da obtenção dos dados ter sido realizada por meio de entrevistas.

Para tanto, a nossa preocupação incidiu em identificar quais os padrões de recrutamento prevaleciam no ingresso de mulheres na magistratura no Maranhão. Os três padrões de recrutamentos mais recorrentes foram: dois com características mais socialmente dominantes e outro com atributos relacionados às camadas médias e baixas. O primeiro padrão se destacou por juízas que integram “famílias” originárias do interior do Maranhão, netas ou filhas de “grandes proprietários rurais” e com membros da “família” que ocupam ou já ocuparam cargos na política local no Maranhão. Os perfis com essas características foram os que apresentaram maior regularidade no que se refere

ao fato de ter relações de parentesco com profissionais da área jurídica em diferentes gerações da “família”.

Entre os padrões estudados, o segundo se caracterizou por juízas provenientes de “famílias” de comerciantes urbanos ou empresários que atuam há vários anos no Maranhão. Em alguns casos, os avós não são originários do Maranhão, com alguns casos nascidos até mesmo fora do Brasil. Nesse perfil, o número de familiares atuando na área jurídica apresenta-se em menor número, quando comparado ao primeiro padrão, e, em alguns casos, é até inexistente.

O tratamento dos dados mostrou que terceiro padrão se distingue dos demais por apresentar juízas de origem social de extrações médias ou baixas. As juízas que compõem esse padrão, em geral, são filhas de funcionários públicos de médio escalão. Nesse padrão identificamos um caso de filha de pequenos agricultores. Demostramos que no terceiro padrão de recrutamento, o peso atribuído aos percursos escolares bem sucedidos por parte de diferentes membros da “família” incidiu de forma mais recorrente nos relatos das entrevistadas desse perfil, assim como uma diversificação maior das ocupações entre os irmãos.

As relações pessoalizadas caracterizando o espaço jurídico no Maranhão mais uma vez se apresentaram. Não raro, observamos nos depoimentos o acionamento das redes de relações sociais para obtenção de postos de assessoria a desembargador antes da aprovação no concurso. A pesquisa demonstrou que as que conseguiram de maneira mais precoce ocupar tais posições, em grande parte, eram de “famílias” de tradição jurídica. As entrevistadas ao ocuparem esses espaços acabavam por adquirir mais saberes técnicos que a profissão exige, somando-se a isso as redes de relações com profissionais da área jurídica eram atualizadas e maximizadas durante esse período de atuação na assessoria dos desembargadores.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEILDA, F.N.R de. *A Nobreza Togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil*. Tese (Doutorado) – FFLCH- PPGCP- USP, 2010.

BADIE, B. & HERMET, G. “Dinamicas huérfanas”. In: BADIE, B. & HERMET, G. *Política Comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BADIE, B. “L’importation des modèles politiques”. In: BADIE, B. *L’État Importé: L’occidentalisation de l’ordre politique*. Paris: Fayard, 1992.

BANCAUD, A. La magistrature e la répression politique de Vichy ou l’histoire d’un demi-échec. *Droit e Société*. 34, 1996. pp.557-574.

BARBALHO, R. M. *A feminização das carreiras jurídicas: construções identitárias de advogadas e juízas no âmbito do profissionalismo*”. Tese (Doutorado) PPGS- Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, 2008.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal*.

BOIGEOL, Anne. “La formation des magistrats: de l’apprentissage sur le tas à l’école professionnelle”, *Actes de la recherche em sciences sociales*, nº 76-77, 1989.

BONELLI, M. da G. “Profissionalismo e Gênero na advocacia paulista”. In: *33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009*.

\_\_\_\_\_, M. da G. Profissionalismo, gênero e significados da diferença entre juízes e juízas estaduais e federais. In: *Contemporânea- Revista de Sociologia da UFSCar*, nº01, 2011.

\_\_\_\_\_, M. Profissionalismo e diferença de gênero na magistratura paulista. In: *Civitas*, v. 10, n°02, 2010.

\_\_\_\_\_, M. da G. Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a construção do profissionalismo, 1873-1997. In: *Dados [online]*. 2001, vol.44, n.2, pp. 0-0. ISSN 0011-5258. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582001000200002>. Acesso em 25/04/2012.

BORGES, A. S. *Conexão eleitoral e atuação parlamentar*. Tese (Doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro-IUPERJ, Rio de Janeiro, 2004.

BOURDIEU, P. “Stratégies de reproduction et modes de domination”. In: *Actes de la recherche em sciences sociales*. Vol. 105, 1994.

\_\_\_\_\_, P. “Modos de Dominação”. In: Bourdieu, P. *A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*, Porto Alegre, RS, Zouk, 2008.

\_\_\_\_\_. P. O Senso Prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010a

\_\_\_\_\_. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2010b

\_\_\_\_\_. Razões Práticas. Campinas, SP. Papyrus Editora, 10ª ed., 2010c

\_\_\_\_\_. P. “O capital social: notas provisórias”. In: Nogueira, M. A; Catani, A. *Escritos de Educação* (organizadores). Petrópolis, RJ: Vozes, 2010d.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial; Teatro de Sombras: A Política Imperial*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

CUNHA, C. *O Poder Judiciário do Maranhão: subsídios para a história do recrutamento de juízes e da organização judiciária*. São Luís: Lithograf, 2002.

COMMAILLE, J. *L’esprit sociologique des lois. Essai de sociologie politique du droit*, Paris, PUF, 1994.

\_\_\_\_\_, J. De la « sociologie juridique » à une sociologie politique du droit, RED &S à la maison des Sciences de l'Homme, vol. 7, 1999.

COSTA, Dayana dos S. D. *Mulheres e Especialização Política: trajetórias e recursos eleitorais entre as deputadas federais/estaduais do Maranhão*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, 2009.

COSTA, Dayana dos S. D.; GRILL, I. G.; ARAGÃO, E. R. O.; LIMA, J. G. do N. Mulheres e elites locais no maranhão: perfis, trajetórias e campanhas. *Revista Eletrônica de Ciência Política*. Vol. 2, n.1, 2011.

COLLOVALD, A. “Histoire d’un mot de passe: le pujadisme. Contribution à une analyse des “ismes””. *Genèses*, 3, 1991.

COUTINHO, M. *Desembargador Sarney: memória do primeiro centenário*. Brasília. Charbel, 2001.

DEZALAY, I; GARTH, B. *A Construção Jurídica de uma Política de Notáveis: o jogo duplo da elite do judiciário indiano no mercado da virtude cívica*. *Repocs*, v.12, n.23, 2015. Disponível em:

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/issue/current>

DEZALAY, Y & GARTH, B (2000), *A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000*. In: RBCS, vol 15, nº 43.

DUBOIS, V; EYMERI-DOUZANS, J; FRANÇOIS, B; NAY, O. Débat em forme de conclusion et d’ouverture. Perspectives de la sociologie des institutions. In: Lagroye, J; Offerlé, M. *Sociologie de l’institution*. Éditions Belin, 2010.

DULONG, D. “Au dedans et en dehors: la subversion en pratiques”. In: Lagroye, J; Offerlé, M. *Sociologie de l’institution*. Éditions Belin, 2010.

\_\_\_\_\_, D. *Sociologie des institutions politiques*, Paris, La Découverte, series: « Repères », 2012.

ENGELMANN, F. *Sociologia do campo jurídico: juristas e o uso do direito*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Ed., 2006.

\_\_\_\_\_, F. *Diversificação do espaço jurídico e lutas pela definição do direito no Rio Grande do Sul*. Tese (doutorado). PPGCP-UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_, F. *Estudos no Exterior e Mediação de Modelos Institucionais: o caso dos juristas brasileiros*. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v.16, 2008.

\_\_\_\_\_, F. “Elites Judiciárias” In: AVRITZER, Leonardo. (Org.); BIGNOTTO, N. (Org.); FILGUEIRAS, Fernando (Org.); GUIMARÃES, Juez Rocha. (Org.). *Dimensões políticas da justiça*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 410-415, 2013.

GARRAUD, P. “La politique à l’épreuve du jugement judiciaire. La pénalisation croissante du politique comme ‘effet induit’ du processus d’autonomisation de l’institution judiciaire”. In : BRIQUET, J.L. ; GARRAUD, P. *Juger la politique : entreprises et entrepreneurs de la politique*. Paris : Préses universitaires Rennes, 2001.

GARRAUD, P. “Transformations des pratiques politiques et rôles de juges”. In: LAGROYE, J. *La politisation*. Paris: Belin, 2003.



GONÇALVES, M. F. C. A Invenção de uma Rainha de Espada: reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico. Tese (doutorado). PPGPP-UFMA, 2006.

\_\_\_\_\_, M. de F. C. *A reinvenção do Maranhão dinástico*. São Luís : UFMA, 2000.

GRAHAM, Richard. Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ., 1997.

GRILL, I. G. e REIS, E. T. Entre Togados e Votados: as “batalhas jurídicas” nas disputas eleitorais. In: *7º Encontro da ABCP*, 2010.

\_\_\_\_\_, I. G. e REIS, E. T. Disputas faccionais, batalhas jurídicas e construções midiáticas em uma eleição municipal. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 18, nº 2, 2012.

GRILL, I. G. “Por uma sociologia da institucionalização”. *Sociologias*, v. 14 (31), 2012a.

\_\_\_\_\_, I. G. “Ismos”, “ícones” e intérpretes: as lógicas das “etiquetagens” na política de dois estados brasileiros (MA e RS). *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, v.20, n.43, 2012b.

\_\_\_\_\_, I. G. “Efeitos da redescoberta das instituições na sociologia política francesa”. *Política & Sociedade*, n.27, 2014.

\_\_\_\_\_, I. G. As bases sociais e políticas na seleção de prefeitos (2008). In: GRILL et alli. (Orgs.). *Eleições municipais no Maranhão: bases sociais das candidaturas, especialização política e redes de relações*. São Luís, EDUFMA, 2010.

HALL, P.A; TAYLOR, R.C.R. “As três versões do neo-institucionalismo”. *Lua Nova*, nº58, 2003.

JUNQUEIRA, E. B.; VIEIRA, José R.; FONSECA, Maria G. P. da. 1997. *Juízes: retrato em preto e branco*. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital.

JUNQUEIRA, E. B. “Mulheres advogadas; espaços públicos”. In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina Jardim. *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 2001. p.185-216.

KOERNER, Andrei. *Judiciário e Cidadania na Constituição da República Brasileira*. São Paulo, Departamento de Ciência Política da USP/Editora Hucitec, 1998.

KUSCHNIR, K. O Cotidiano da Política. Rio de Janeiro: Zahar, 2000a.

\_\_\_\_\_, K. *Eleições e representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ- Núcleo de Antropologia da Política - NuAP; Relume Dumará, 2000b

LANDÉ, Carl H. Introduction: the dyadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, S.W.; alli.(Orgs.). *Friends, followers and factions*. A Reader in political clientelism. Berkeley: University of California Press, 1977.

LACROIX, B. (1985). “Ordre politique et ordre social: Objectivisme, objetivation et analyse politique”. In: GRAWITZ, M. e LECA, J. (Dir.) *Traité de Science politique. La Science Politique*; L’Ordre Politique, v.1 Paris. PUF, 1985.

LACROIX, B; LAGROYE. (orgs.) *Le Président de la République: usages et genèses d’une institution*. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1992.

LIMA, J. G. N. *Diversificação de papéis e divisão do trabalho político especializado: análise a partir de uma “família de políticos” do Maranhão*. Dissertação (mestrado). PPGCSoc- CCH- UFMA, 2012.

MARENCO DOS SANTOS, A. & DA ROS, L. 2008. Caminhos que levam à Corte: carreiras e padrões de recrutamento dos ministros dos órgãos de cúpula do poder Judiciário brasileiro (1829-2006). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 131-149, jun. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n30/09.pdf>

MUSELLA, L. “La classe politique en jugement. Tangentopoli et la critique de la politique en Italie”. In : BRIQUET, J.L. ; GARRAUD, P. *Juger la politique : entreprises et entrepreneurs de la politique*. Paris : Prées universitaires Rennes, 2001.

SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.

SADEK, M. T. (Org.). *Magistrados: uma imagem em movimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SEIDL, E; GRILL, I. (Orgs.) *As ciências sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

SILVA, I. G. *Entre o local e o nacional: a reforma do aparelho de Estado no Maranhão*. Cadernos CRH, n.35, Salvador, 2001.

PALMEIRA, Moacir; HERÉDIA, Beatriz. “Os comícios e a política de facções”. In: *Anuário Antropológico*, v. 94, 1995.

PALMEIRA, Moacir. “Política, facções e voto”. In: PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Márcio. (orgs.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra-capas Livraria, 1996.

PUGLIESI, M. M. “A feminização da magistratura trabalhista: um estudo sobre o aumento da participação feminina na carreira”. In: *Revista Hispeci & Lema*-publicação das Faculdades Integradas Fafibe. nº 07. São Paulo, 2003.

REIS, F. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão*. São Luís, 2007.

ROUSSEL, Violaine. “Les magistrats dans les scandales politiques”. In: *Revue française de science politique*, 48e année, nº2, p. 245-273, 1998

VAUCHEZ, Antoine . “Parler d'expérience(s). La formation d'un nouveau modèle d'excellence judiciaire dans la lutte contre la criminalité organisée en Italie”. In Jean-Louis Briquet, Philippe Garaud, dir., *Juger le politique*, Rennes, Presses universitaires de Rennes, 2001.

\_\_\_\_\_, Antoine. Le pouvoir judiciaire. In: COHEN, Antonin, LACROIX, Bernard & RIUTORT, Philippe. *Nouveau manuel de science politique*. Paris : La Découverte, 2009.

WACQUANT, L. & CALHOUN, C. “Interesse, racionalidade e cultura”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.6,n.15, fev. 1991.

WERNECK VIANNA, L.; CARVALHO, M. A.R.; MELO, M. P. C. & BURGOS, M. B. *Corpo e Alma da Magistratura Brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

Wolf, Eric. “Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas” in Ribeiro,. Gustavo Lins & Feldman-Bianco, Bela (orgs.), 2003.